

Relatório Final*Decreto-Lei nº18/2008 de 29 de Janeiro, na sua atual redação***Identificação do processo:** 2017/300.10.005/239**Objeto da contratação:** Aquisição de serviços para elaboração de estudo prévio e projeto de execução para requalificação da Escola Básica n.º 2

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do art.º 124.º do Decreto - Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação – Código da Contratação Pública, doravante designado de CCP, no dia dois de junho do ano dois mil e dezassete reuniu o júri do processo de contratação para ***“Aquisição de serviços para elaboração de estudo prévio e projeto de execução para requalificação da Escola Básica n.º2”*** a fim de proceder à elaboração do relatório final, com o objetivo de ponderar as observações dos concorrentes em sede de audiência prévia, confirmar a ordenação final das propostas constante do relatório preliminar e propor a adjudicação e as formalidades legais dela decorrentes.-----

1. Audiência Prévia e ordenação das propostas

Para efeitos de audiência prévia em reunião de onze de maio do ano de dois mil e dezassete o júri procedeu à elaboração do respetivo relatório final, onde, ao abrigo do disposto no n.º 1 do art.º 124.º do CCP, alterou a ordenação das propostas fixada em sede de relatório preliminar, o que, em cumprimento do n.º 2 do referido artigo, originou nova audiência prévia, tendo-se fixado o prazo de cinco dias úteis, para os concorrentes se pronunciarem por escrito.-----

2. Proposta de Adjudicação

Durante o período fixado para audiência prévia apresentou pronúncia o concorrente Pina & Nunes – Arquitetos, Lda., à qual o júri fez a seguinte apreciação:-----

Entende-se por proposta, “a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pela qual se dispõe a fazê-lo.” – Artigo 56.º do CCP.-----

Sendo a proposta um elemento fundamental do procedimento concursal a mesma só é considerada válida se o seu conteúdo e formulação observarem todas as prescrições legais.-----

Pese embora se possa entender que poderá ter existido um lapso do concorrente, entende-se que este reflete uma falha no formalismo que rodeia a apresentação da proposta, que faz com que subsistam dúvidas quanto à veracidade, autenticidade, imutabilidade e genuidade de todos os elementos que no seu todo constituem a proposta. -----

Também no caso concreto entende-se que não haveria lugar a pedido de esclarecimentos, porquanto estes não se destinam a suprir erros, lapsos, omissões ou insuficiências das

propostas, mas tão só, a tornar claros e transparentes os seus atributos, os seus elementos ou os termos e condições relativos a aspetos da execução do contrato.-----

Assim sendo, a análise efetuada pelo júri no 1.º relatório final, foi efetuada no estrito cumprimento do princípio da legalidade, não merecendo qualquer censura, estando conforme os princípios basilares que norteiam a Contratação Pública.-----

Nestes termos, não persistem quaisquer fundamentos para alterar a apreciação feita em sede de 1º relatório final, que se dá aqui por integralmente reproduzida, concluindo pela manutenção da anterior apreciação das propostas e, conseqüentemente, mantendo a proposta de adjudicação ao concorrente Beabstract, Lda. cuja proposta apresenta o valor de € 21.779,20 (vinte e um mil, setecentos e setenta e nove euros e vinte cêntimos).-----

Face ao que antecede, se a proposta aqui formulada merecer aprovação superior, deverá, nos termos do n.º 1 do art.º 77.º do CCP, proceder-se à notificação de todos os concorrentes, a qual será acompanhada de presente relatório final e ser notificado o adjudicatário no sentido de proceder em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 77.º do CCP. -----

Sines, 2 de junho de 2017

O Júri do Procedimento

Presidente



Pedro Martins, Chefe da Divisão de Ordenamento do Território

Primeiro Vogal Efetivo



Graça Faísca, Arquiteta

Segundo Vogal Efetivo



Helena Leal, Jurista